

SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAIS: IDENTIDADES E SUJEITOS

Euclides Mauricio Siqueira de Souza\*

**Resumo**

This text results from a research on culture and sustainable development. The aim of this work is to consider the constitution of cultural subjects under a articulation with cultural and social identities, with emphasis on the concept of social needs. Sustainability of cultural politics presume the identification of these cultural subjects and their cultural needs.

- cultural politics; sustainable development; social needs

**Abstract**

Este texto resulta de pesquisa na área de cultura e desenvolvimento sustentável. O objetivo deste trabalho é considerar a constituição de sujeitos culturais sob a articulação com identidades sociais e culturais, com ênfase no conceito de necessidades sociais. Sustentabilidade de políticas culturais pressupõe a identificação desses sujeitos culturais e suas respectivas necessidades culturais.

- políticas culturais; desenvolvimento sustentável; necessidades sociais

O Ministério da Cultura acaba de lançar as Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007), além de anunciar uma nova proposta de atualização da chamada Lei Rouanet. O desdobramento das discussões acerca dessas diretrizes aponta, portanto, para uma questão central: a sustentabilidade desses instrumentos de políticas públicas e seus sucedâneos, no contexto de uma proposta de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Proponho tomar como ponto de partida para se discutir a sustentabilidade dessas políticas públicas propostas pelo MinC, as noções de *necessidades humanas* e de *sujeitos culturais* a partir da proposta de desenvolvimento sustentável exposta a seguir.

De início, é conveniente lembrar, no entanto, como o faz Alain Tourain, que "o controle e a regulação da economia apóiam-se cada vez menos em objetivos ou normas estranhas à economia" (TOURAIN, 2006: 29). Trata-se de um fenômeno típico da globalização. Nesse

---

\* Sociólogo, Doutor, Pesquisador do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa.

quadro de limitações, como pensar a questão da relação entre cultura, desenvolvimento e geração de riquezas?

Este aspecto é tanto mais relevante quanto se concorde com a idéia de Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT; NEGRI, 2001: 13) de que a produção de riqueza tende a ser cada vez mais uma "produção biopolítica", que é a produção da própria vida social, onde há uma interação crescente entre o econômico, o político e o cultural.

O plano de fundo dessa produção de riqueza no mundo contemporâneo é uma crise teórica e prática – inédita por sua abrangência e profundidade – na relação entre o homem e o seu ambiente, crise esta que impõe o questionamento não apenas das nossas usuais representações da natureza, como também do sentido do próprio saber tecno-científico. Em resumo, como afirma Felix Guattari, há uma "implosão" da relação entre a subjetividade e a sua exterioridade (social, animal, vegetal, cósmica) (GUATTARI, 1997: 7-8).

Essa crise não se dá mais isoladamente, isto é, confinada tão somente a algumas regiões ou nações, senão que constitui, simultaneamente, uma crise ambiental global, uma crise do desenvolvimento e da cultura e, desse modo, pode ser considerada como sendo *uma* só crise: a crise de civilização no nível planetário.

Dentre as respostas a esse quadro de crise destaca-se a proposta de se implementar internacionalmente um *desenvolvimento sustentável*. Uma definição para esse conceito encontra-se no Relatório Brundtland, que é o resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) concluídos em 1987.<sup>1</sup> Segundo esse Relatório, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (COMISSÃO, 1991: 46). Esse conceito de desenvolvimento sustentável é aqui adotado, embora isso não signifique que a proposta de desenvolvimento sustentável não seja submetida a um exame crítico de nossa parte. Com efeito, uma indagação elementar se refere à viabilidade dessa proposta de desenvolvimento sustentável nos marcos das sociedades de mercado.

---

<sup>1</sup> Daqui em diante será chamada pela sigla CMMAD.

Trata-se de uma crise que, na visão de Guattari, só poderá ser resolvida em escala planetária a partir de uma "revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais." (GUATTARI, 1997:9-10). A solução desses impasses, segundo Guattari (*ibid.*) torna-se ainda mais difícil devido aos "modos dominantes de valorização das atividades humanas", nos quais o mercado nivela, iguala, os bens econômicos, culturais e naturais etc., e as relações sociais e internacionais ficam subordinadas cada vez mais às máquinas policiais e militares. Acrescente-se a isso o enfraquecimento do Estado-Nação que se torna cada vez mais a serviço do mercado e dos complexos industrial-militares.

Concordando com Alain Touraine (TOURAINÉ, 2006: 20-21), cabe acrescentar que em vários países a sociedade se fragmenta em comunidades, algumas fechadas em si mesmas e em conflito com outras comunidades ("violências comunitárias"). Touraine (2006: 23) aponta três características essenciais da época atual: 1ª) a dessocialização ou decomposição da sociedade, ou seja, o declínio do social; 2ª) a penetração generalizada de uma violência de mil faces e formas, que rejeita todas as normas e os valores sociais; 3ª) a escalada das reivindicações culturais, tanto sob uma forma neocomunitária como sob a forma de apelo a um sujeito pessoal e à reivindicação de direitos culturais. Nesse ponto, Alain Touraine (*ibid.*) observa que os *atores sociais* e os *movimentos sociais* foram substituídos no mundo de hoje pelos *sujeitos pessoais* e pelos *movimentos culturais*.

A preocupação em repensar sujeitos sociais e a própria idéia de desenvolvimento com o olhar para a América Latina levou Antonio Negri e Giuseppe Cocco à tese de que

*somente uma política do trabalho, das novas forças produtivas vivas (e não apenas a administração das relações de produção) é capaz de qualificar um projeto de emancipação. Por esta razão, a organização e a dinâmica constitutiva dos movimentos (o trabalho dos movimentos) devem ser situadas como novo ponto de partida para pensar o desenvolvimento. (NEGRI; COCCO, 2005: 35).*

Acrescente-se a isso a noção proposta por Maria Elisa Cevasco de se pensar a cultura "como a organização dos significados e dos valores de um determinado grupo social e como um campo de luta onde eles possam ser modificados em direção a um mundo mais democrático." (CEVASCO, 2003: *orelha*). Com a globalização isso é ainda mais relevante, e podemos afirmar, portanto, que a cultura se constitui como tal nas "lutas". Segundo Maria Elisa Cevasco, "a cultura não mais transcende a política como um bem maior, mas representa os termos em que a política se articula. Como lembra Edward Said (1993: 16), "a cultura é o campo de batalha no qual as causas se expõem à luz do dia e lutam umas contra as outras""

(CEVASCO, 2003: 25). Não se trata de substituição da política pela cultura, mas sim de formas de realização da política.

Essas reflexões nos remetem à questão inicial da sustentabilidade das atuais Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura. Não basta que os seus resultados sejam garantidos por Lei, que sejam institucionalizados. Trata-se de luta permanente e complexa. Tampouco é suficiente se falar em sociedade civil mobilizada como garantia dessa sustentabilidade. Na área da cultura esse tema é ainda mais preocupante, já que, diferentemente de áreas como a da educação, das cidades e meio ambiente, não contamos com movimentos sociais e/ou culturais que se mobilizem para essa finalidade. Os segmentos sociais que mais se fazem presentes são os dos produtores e gestores culturais, cujos interesses nem sempre coincidem com os dos diversos segmentos sociais e culturais da sociedade brasileira. Prevaecem, entre os primeiros, interesses próprios de corte corporativo.

Por isso, ao início deste texto, sugeri conhecer as necessidades culturais dos diversos segmentos sociais no País, a fim de se identificar comportamentos, desejos, subjetividades e seus respectivos portadores, que podem vir a se constituir em sujeitos culturais voltados para uma sustentabilidade de políticas que tenham correspondência com essas mesmas necessidades. Como exemplo, podemos citar os trabalhadores assalariados, os trabalhadores de vínculo precário, os movimentos das periferias dos grandes centros urbanos. Frequentemente, os formuladores de políticas culturais centralizam suas atenções em segmentos expressivos da diversidade cultural brasileira e deixam de lado toda uma diversidade social com grande peso social e político, como os segmentos mencionados acima.

Uma contribuição bastante importante para se trilhar o caminho sugerido acima é proporcionada pelo campo de investigações da cultura como *economia e produção de desenvolvimento*. Trata-se de campo com crescente importância e densidade de pesquisas, embora majoritariamente quantitativas. Para isso contribuem, entre outras, pesquisas sobre o uso do tempo livre, sobre economia criativa e definição de indicadores de oferta e demanda de bens e serviços culturais no Brasil, como os recentemente divulgados pelo IBGE em parceria com o Ministério da Cultura (IBGE, 2007).

Estes indicadores reforçam a base empírica de estudos que apontam as tendências atuais do paradigma econômico dominante, como o fazem Antonio Negri e Giuseppe Cocco quando

afirmam que: "É, portanto, o novo trabalho, o trabalho imaterial, que ocupa o centro da cena: ele constitui a correia de transmissão entre as tendências do capitalismo cognitivo e a construção de um novo espaço público." (NEGRI; COCCO, 2005: 133).

Uma direção a ser trabalhada a partir de dados como esses do IBGE é a que torna possível ver não apenas o Estado, o Governo, mas também o outro lado: a sociedade, que poderá, enfim ser "classificada" em sua diversidade no campo da economia da cultura e a partir daí avançar na definição dos chamados "sujeitos culturais".

Além de pavimentar os caminhos para a formulação de micro-políticas de desenvolvimento, esses indicadores culturais permitem, ainda, uma consideração dos chamados sistemas de bem-estar que vá além dos aspectos quantitativos. Tal perspectiva pode ampliar os horizontes da economia da cultura no sentido de se transcender os circuitos produtivos e, desse modo, entrar em dimensões não apenas econômicas que envolvam a cultura (VALIATI, 2007). Cabe, no entanto, observar que esses sistemas de bem-estar podem representar mecanismos característicos da chamada sociedade de controle, o que reforça a necessidade de se ir além dos aspectos quantitativos aparentemente positivos no que se refere à ampliação de tais sistemas, e de se retomar a melhor tradição crítica dos estudiosos do campo da cultura.

Além disso – e não menos importante – a consideração desses indicadores culturais sob a ótica da proposta de desenvolvimento sustentável, como lembra Ana Clara Ribeiro, poderia alterar

*a centralidade da economia na modelagem do desenvolvimento, introduzindo o diálogo obrigatório com outras disciplinas e com as práticas sociais. Ao exigir a revisão dos recursos – do seu encadeamento na produção e no consumo – possibilitaria a introdução da relevância das abordagens qualitativas do desenvolvimento e do espaço. (RIBEIRO, 1997: 477).*

Alguns aspectos qualitativos podem ser ilustrados, por exemplo, pelo estudo “O hábito de lazer cultural do brasileiro”, elaborado pelo sistema Fecomércio-RJ, com base na pesquisa “Perfil do consumo de cultura do brasileiro”, encomendada à Ipsos Public Affairs. A apuração se deu entre os dias 23 e 30 de janeiro deste ano, a partir de mil domicílios situados em 70 cidades e 9 regiões metropolitanas.

Mais da metade dos entrevistados (55%) não leu nenhum livro, não foi ao teatro, não visitou nenhuma exposição de arte, assistiu a um show de música ou dança ou sequer foi ao cinema em 2007. O motivo alegado: falta de hábito ou de gosto. Essa análise independe do gênero, da faixa etária, da classe social, da renda ou do grau de escolaridade.

Além do baixo percentual de pessoas que consomem bens culturais, o número de livros lidos, espetáculos de teatro, dança e música assistidos, exposições de arte visitadas e filmes assistidos no cinema é ínfimo. Apesar disso, metade dos usuários avalia que o volume consumido é suficiente. Por exemplo, o leitor brasileiro e o freqüentador de cinema lê um livro e vê um filme, em média, a cada dois meses e meio.

Apesar de estar presente no consciente coletivo que o preço é o fator decisivo para a baixa presença do público nos espetáculos culturais, o levantamento apurou que esse fator muitas vezes não chega a ser cogitado. A falta de hábito ou gosto por este tipo de programa normalmente aparece como primeiro obstáculo e impede o consumidor até mesmo de pensar na viabilidade do custo.

Assim, encontramos aí articulados desejos, necessidades e formas de consciência social bem específicos em relação a atividades culturais. Isso pode nos levar a retomar o conceito de desenvolvimento sustentável em seu aspecto voltado para a prioridade das necessidades humanas.

De fato, O conceito de desenvolvimento sustentável contém em sua formulação uma relação direta entre *desenvolvimento e necessidades humanas*. Ocorre, contudo, que *desenvolvimento*, na sociedade em que é hegemônico o capital, significa um desenvolvimento que leva em consideração as necessidades humanas de modo bastante específico, ou seja, ao mesmo tempo que amplia a esfera das necessidades, leva também a uma subestimação dessas necessidades do ponto de vista das reais potencialidades dos indivíduos, na medida em que o parâmetro desse desenvolvimento é o grau de valorização do capital, isto é, o lucro.

Ao mesmo tempo, ao ressaltarem a importância do conceito de necessidades na formulação de desenvolvimento sustentável, os autores desse conceito frisam que se trata, também, das *aspirações humanas*: “satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento.” (COMISSÃO, 1991: 46). Percebe-se, assim, nesse Relatório

da CMMAD uma articulação entre necessidades e aspirações humanas, consumo e cultura. Para que essa articulação se efetive, é preciso, no entanto, que ocorram modificações nas *formas de consciência* sobre esses temas: “as necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar.” (COMISSÃO, 1991: 47). Esse conceito de necessidades, portanto, tem uma abrangência que vai além do atendimento das condições elementares de vida do homem.

No que se refere às pesquisas de ordem quantitativa, convém lembrar que ao falarmos em sistemas de bem-estar, tempo livre e atividades de fruição da cultura, estamos falando da *esfera do não-trabalho*. Isso, em sociedades onde o capital é hegemônico significa que há uma conexão diferenciada entre trabalho e não-trabalho, a qual se baseia no caráter específico do trabalho nesse tipo de sociedade. Uma característica do capital, como assinalava Marx, é que ele desenvolve um sistema multiarticulado de divisão social do trabalho e, ao mesmo tempo, um sistema diferenciado de necessidades humanas. Devido ao desenvolvimento das forças produtivas impulsionadas pelo capital, ocorre uma transformação constante também nas formas de vida que estão situadas fora do processo de produção. Pelo fato de que o produtor direto troca a sua capacidade de trabalho pela forma geral de riqueza (dinheiro), ele “se converte em copartícipe do desfrute da riqueza universal, até o limite de seu equivalente (um limite quantitativo que, de fato, se transforma em um qualitativo, como no caso de toda troca).” (MARX, 1973: 226, Trad. do A.).

Na sociedade de ordem capitalista, essa situação abre para os trabalhadores a esfera do não-trabalho como sendo uma esfera de configuração particular de seu processo de vida. O caráter antagônico da determinação social do trabalho no capitalismo - mediado pela forma salário - se reflete na reprodução individual do produtor direto, ou seja, se na esfera do não-trabalho desses produtores se verifica um determinado espaço para o desdobramento da individualidade, por outro lado eles não conseguem ultrapassar os limites que são definidos pela determinação específica de sua forma de renda. Além disso, o trabalho e o não-trabalho não são grandezas fixas, senão que historicamente variáveis em função do grau de progresso das forças produtivas, da intensidade do trabalho, da correlação de forças entre os agentes sociais etc.

Esse processo leva o trabalhador a uma atitude de *indiferença* com respeito ao conteúdo de seu trabalho, tal como também o capital é indiferente frente a ele. A possibilidade do produtor se sentir como homem só se apresenta fora do processo de trabalho e o trabalho aparece para ele como sendo um simples meio para configurar sua vida externamente ao trabalho. Nesse sentido, a finalidade última de suas atividades é o não-trabalho, isto é, a reprodução individual. Essa inversão, não apenas imaginada, mas também real, pela qual o trabalho passa de *fim a meio*, é mais uma expressão do fato de que na sociedade moderna o processo de trabalho e todas as forças produtivas são apenas meios para valorizar o capital. Verifica-se, portanto, que, com base nesse caráter antagônico do trabalho, a esfera do não-trabalho expressa o estado adequado de liberdade e de felicidade, enquanto o trabalho expressa sofrimento e sacrifício.

Gostaria de finalizar com palavras de Maria Elisa Cevasco referindo-se à obra de Frederic Jameson: “A verdade das relações sociais e sobre como a cultura lhes dá forma não está certamente na superfície da vida cotidiana em uma sociedade como a nossa onde a ocultação é essencial para o bom funcionamento do sistema.” (CEVASCO, 2008: 4).

### **Referências Bibliográficas:**

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. O sentido da crítica cultural. *Revista Cult*, São Paulo, n. 122, 2008. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/website/news.asp?edtCode=3F5C0A0E-F731-42AA-AC32-4399855F0D25&nwsCode=9934BE8E-0975-40D9-914B-5A25F3B41DBD>>. Acesso em: 06 jun. 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política - (borrador) 1857-1858*, vol I. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1973

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, 2007.



NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Londres, Chatto and Windus, 1993, p. xvi. [Edição brasileira: *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995]

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VALIATI, Leandro. Economia da cultura repensa os incentivos. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 22 set. 2007.